

Antropoceno e felicidade: uma primeira abordagem teórico-conceitual

Daniela Zago*

Leonardo Freire de Mello, Dr. †

Resumo

A busca pela felicidade é inerente ao ser humano. Desde os primórdios até a atualidade é em busca da felicidade que, em geral, as pessoas agem. Na contemporaneidade, o conceito felicidade está recorrentemente associado à aquisição de bens materiais e sua reposição após o lançamento de uma nova versão. No entanto, em paralelo à busca de satisfação por meio do consumo, observa-se uma parcela significativa de indivíduos à margem do sistema em vigência, tendo, muitas vezes, direitos básicos – como acesso à água potável e alimentação de qualidade – negados. Assim, este artigo busca avaliar a possível relação entre a busca desenfreada pela felicidade por meio do consumo e a degradação ambiental em discussão na contemporaneidade e que já afeta, com suas consequências, milhões de pessoas e outras formas de vida ao redor de todo o mundo. **Palavras-chaves:** Antropoceno, consumo, felicidade, degradação ambiental, desigualdades socioambientais.

Abstract

The search for happiness is inherently human. From the earliest times to the present day, people act, in general, in search of happiness. In contemporary times, the concept of happiness is usually associated with the acquisition of material goods, as well as their replacement when a new version is available. However, in contrast to the search for satisfaction through consumption, there is a great number of people forced away from this system, who often have had their basic rights – such as access to safe drinking water, good nutrition and so on – denied. Thus, this paper seeks to evaluate the relation between the search for happiness, which is commonly based on consumption, and environmental degradation, which remains an ongoing debate, as well as the effects of this degradation on millions of people and other life forms all around the world. **Keywords:** Anthropocene, consumption, happiness, environmental degradation, socioenvironmental inequalities.

*Bacharelada em Ciências e Humanidades na UFABC - contato: zagodan9@gmail.com

†Professor Adjunto do Bacharelado em Planejamento Territorial e do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território da UFABC

Introdução

Na sociedade atual, também conhecida como *sociedade de consumo*, consumir se tornou um ato que vai além de suprir necessidades básicas. Tornou-se uma forma de ‘ser’ no mundo, já que a identidade de cada consumidor é moldada pelo seu padrão de consumo e, até mesmo, pelas suas preferências (BAUMAN, 2007).

O pioneirismo de Freud, no século XIX, perscrutou o ser enquanto indivíduo e deu margem às questões de cunho subjetivas que atravessam os seres humanos. Lacan, já no século XX, ao reler as teorias freudianas, analisou o consumo e a forma como a subjetividade humana se faz presente nele, como bem explica Rosa. Para Lacan, o objeto desejado está no horizonte daquilo em torno do qual gravitam as fantasias das pessoas, ou seja, as fantasias dos sujeitos – suas subjetividades – orientam seu consumo que, por sua vez, é, muitas vezes, incitado pela moda (ROSA, 2010).

1 Contextualização – Consumo e suas abrangências

1.1 Consumo e Subjetividade

Nesta lógica da subjetividade, Baudrillard, mencionado tanto por Bauman como por Thiry-Cherques, propõe ao consumo um valor simbólico, retirando do conceito de mercadoria a sua concepção clássica marxista de que um produto para ser mercadoria precisa possuir em si, ao mesmo tempo, valor de uso – que contém a propriedade de satisfazer as necessidades do homem – e valor de troca – podendo ser trocadas por mercadorias distintas de si ou, até mesmo, compradas (THIRY-CHERQUES, 2010). Ao propor que o valor simbólico transcende o valor de uso e o valor de troca, coloca-se, então, que não se consome pela necessidade, mas, sim, pelo signo da mercadoria. Na versão lacaniana, signo representa algo para alguém. Sendo assim, o consumo se dá em busca do que tal signo comunica, seja a distinção, a hierarquia ou a posição social estabelecida pela aquisição de tal produto. Seguindo tal raciocínio, Thiry-Cherques (2010) afirma que:

a ideia de que as necessidades primárias governam a sociedade é um mito. Nenhum objeto existe isolado de outros: todo objeto é relacional. A diferenciação é categórica. Na sociedade de consumo, os objetos tornam-se signos, a economia definida pela necessidade é deixada para trás (THIRY-CHERQUES, 2010, p. 7).

Já Bauman (2007) diferencia consumo de consumismo. Para ele, o consumo é uma característica e uma ocupação dos seres humanos como indivíduos, enquanto o consumismo ele atribui à sociedade como uma característica que chega quando o consumo assume papel principal em tal arranjo social. Ainda para Bauman (2007), o consumismo associa a felicidade não à satisfação de necessidades, mas ao volume e à intensidade dos desejos sempre crescentes, o que implica numa troca de mercadorias em busca da satisfação de tais desejos.

Zanirato e Rotondaro (2016), por sua vez, afirmam que o consumo é avaliado como um dilema da sustentabilidade, já que o descompasso do sistema econômico capitalista tende a levar as sociedades ao caos, assim como os ecossistemas. Para elas, o consumo se consolidou como o principal critério de distinção social devido à constante busca de novidades que, por sua vez, são pautadas pelas mídias. A publicidade – que é,

em seu formato atual, um advento da sociedade moderna – propõe os moldes pelos quais os indivíduos devem proceder para serem aceitos na sociedade na qual estão inseridos e, assim, os produtos são tidos como direitos e não como resultados do trabalho.

Nesta análise socioeconômica do consumo, as autoras entendem que o ócio – que era utilizado pelas classes mais abastadas como critério de distinção na fase histórica da pré-industrialização – foi substituído pelo consumo como critério de diferenciação social à medida que as cidades se desenvolveram e se densificaram populacional e materialmente. Dessa forma,

o consumo de bens de luxo se estabeleceu como critério de riqueza, tornando-se um item honorífico, capaz de conferir distinção social aos seus consumidores e, inversamente, a impossibilidade de consumir na devida quantidade e qualidade se tornou uma marca de inferioridade e de demérito social (ZANIRATO; ROTONDARO, 2016, p. 78).

Nesta mesma vertente de pensamento, Bauman afirma que “'consumidores falhos' - (...) são pessoas sem dinheiro, cartões de crédito e/ou entusiasmo por compras e imunes aos afagos do marketing” (BAUMAN, 2007, p. 11).

Sob este viés, o consumidor se estabelece no lugar do antigo trabalhador, demonstrando que a mudança estrutural nos modos de produção e de consumo implicam em consequências significativas e comportamentais na vida dos indivíduos (BAUMAN, 2007).

Tal ideia é validada e reafirmada quando, por exemplo, o ex-presidente do Uruguai, José Pepe Mujica em entrevista à BBC, afirma que "consequimos, até certo ponto, ajudar essa gente (pobres) a se tornar bons consumidores. Mas não conseguimos transformá-los em cidadãos" (BBC NEWS BRASIL, 2018).

1.2 Consumo baseado no Individualismo como Projeto de Sociedade

Já Barbosa (*apud* PEREIRA DA SILVA, 2007), propõe que houve uma passagem do consumo familiar para o consumo individual e do consumo de pátina para o consumo individualista. Para ela, a tradição familiar que trazia consigo um consumo em caráter coletivo no qual a identidade era familiar e tida em suas tradições perdeu significado, dando espaço às investidas publicitárias que advieram com o individualismo contemporâneo. Segundo a autora, o consumo da moda – que valoriza o novo e a novidade – é um fenômeno da sociedade moderna, a sociedade de consumo, e os padrões sociais impostos pela forma de consumo mudaram frente a força que o indivíduo tomou na contemporaneidade.

Esta nova forma individualista de consumo, fundamentada nos signos dos objetos, atribui seu valor ao sentido que o objeto dá à existência. Desse modo, os objetos adquiridos não são os que os trabalhadores produzem, são as investidas publicitárias produzidas pelo mundo do *marketing* como sinônimo de felicidade.

1.3 Consumo e Felicidade

Desde os tempos de Aristóteles, o conceito de felicidade pauta os questionamentos humanos, conforme analisa Ramos (2014). Nesta época, tratava-se de um

assunto próprio das reflexões filosóficas que visavam o bem-estar da *pólis* – a comunidade grega.

Para o autor, o homem é um ser político que age em busca de um fim, que na visão do filósofo, seria um 'bem' – já que, para o ideal grego, ninguém agiria em função de um mal – e, por isso, a vida pessoal deveria ser conduzida pelos interesses da *pólis*. Ou seja, o cidadão grego deveria orientar suas ações de modo a beneficiar a coletividade da qual fazia parte. O objetivo da vida, segundo o pensador, era uma vida feliz, sendo que tal felicidade seria indissociável da vida pública; quer dizer, o cidadão grego deveria agir de forma a fazer sua comunidade feliz e essa seria sua felicidade pessoal. A felicidade, desta forma, era um 'bem supremo' desejado por todos (RAMOS, 2014).

Daí em diante, a felicidade foi, quase sempre, associada à vida sacra, por meio da qual renunciava-se à vida terrena visando ganhar a vida eterna e, conseqüentemente, a felicidade eterna. Com o advento do Iluminismo, as bases sociais mudaram de forma profunda e significativa, fazendo com que a fé fosse orientada à razão e a crença ao progresso. Com tais mudanças nos fundamentos sociais, os valores também mudaram, acompanhando as novas sociedades, que passaram a fundamentar-se nos valores da liberdade individual, no pluralismo e nos Direitos Humanos (FOGAÇA, PEREZ, 2014).

Para Bauman (2007, p. 58), os seres humanos sempre preferiram a felicidade à infelicidade, uma vez que "o conceito 'felicidade' em seu uso mais comum diz respeito a estados ou eventos que as pessoas desejam que aconteçam, enquanto a 'infelicidade' representa estados ou eventos que elas querem evitar".

Além disso, para o autor, "os sentimentos de felicidade ou sua ausência derivam de esperanças e expectativas, assim como de hábitos aprendidos, e tudo isso tende a diferir de um ambiente social para o outro" (BAUMAN, 2007, p. 59).

Já para Fogaça e Perez (2014), a felicidade é polissêmica. Para elas, trata-se de um conceito socialmente ressignificado ao longo da história, sendo que, na contemporaneidade, o conceito de felicidade foi construído ao longo do desenvolvimento da sociedade de consumo e passou a ser argumento de campanhas publicitárias e posicionamento estratégico de diversas marcas. Assim, as autoras avaliam felicidade no âmbito do consumo, fazendo uma análise cronológica, plural e conceitual acerca do tema.

Para elas, quando existe um projeto político social baseado no progresso e na ciência, como propôs o movimento iluminista, a felicidade individual é condicionada às condições de vida e ao bem estar coletivo. No entanto, o projeto de felicidade por meio de mudanças baseadas em lutas políticas falhou, a coletividade mais justa não veio à luz e a igualdade que foi proposta é baseada no sentido apontado por Baudrillard, que iguala as pessoas enquanto consumidoras, afinal todos os consumidores são iguais no quesito comprar (FOGAÇA, PEREZ, 2014).

Desta forma, para as autoras, é o consumo individual que legitima o modo de vida contemporâneo e se traduz como a melhor expressão de felicidade terrena, visto que a sociedade contemporânea ostenta felicidade por meio do consumo. Além disso, os elementos que, para elas, constituem a felicidade na contemporaneidade, são autonomia, qualidade de vida e autoestima. Tais elementos são imperativos numa sociedade que apela a estes atributos como características de sucesso, êxito e, até

mesmo, prosperidade (FOGAÇA, PEREZ, 2014).

Assim, a mensagem que se vende é a de que a felicidade depende da decisão e do empenho de cada um particularmente, sem incluir o contexto social e suas circunstâncias. No entanto, ao desconsiderar questões de cunho social, político, econômico ou, até mesmo, sem refletir acerca de qualquer coisa que seja extrínseca a si mesmo, ajusta-se à ideologia neoliberal atual que, por sua vez, para as autoras, fundamenta a felicidade na individualidade e sua privatização, pois trata-se do bem estar individual, da qualidade de vida com base em decisões pessoais, de como melhorar sua saúde e tomar medidas privadas de melhoria para a própria vida, sem depender do Estado, ou até mesmo, sem querer que o Estado se intrometa em tais decisões (FOGAÇA, PEREZ, 2014).

Para Lipovetsky, citado pelas autoras, “os modos de vida, os prazeres e os gostos mostram-se cada vez mais dependentes do sistema comercial” (FOGAÇA, PEREZ, 2007, p. 225), considerando que o ambiente e suas possibilidades delimitam a liberdade individual. Como o próprio Bauman afirma, “se o povo A passou sua vida em um ambiente sociocultural diferente daquele em que viveu o povo B, seria inútil ou arrogante afirmar que A ou B era 'mais feliz'” (BAUMAN, 2007, p. 59).

A leitura que Hartz Born faz de Lipovetsky, apesar de breve, oferece uma boa base reflexiva ao compreender que, na visão do autor, a felicidade é o ideal supremo e é em busca desta felicidade suprema que se desenvolve o hiperconsumo, podendo este ser associado ao ato de consumir elementos emocionais, ou seja, subjetivos. Além disso, a autora afirma que, “a publicidade ocupa um lugar especial, bombardeia os consumidores, cria necessidades supérfluas, revela imagem de felicidade, promessa de beleza e saúde, sonhos, desejos, modelo ideal de vida” (HARTZ, BORN, 2008, p. 3), apesar de, para ela, Lipovetsky não se atém a tal problematização de forma aprofundada na obra indicada.

1.4 Consumo e a Identidade no Mundo Líquido

Mattia (2012), por sua vez, reflete acerca da construção da identidade a partir do consumo pelo viés da publicidade e produção mediática. Na contemporaneidade, a publicidade se tornou uma representação sociocultural que utiliza técnicas persuasivas visando o incentivo do consumo de produtos.

Tais produtos, como já explicitado, estão relacionados e categorizados com signos que, por sua vez, visam à felicidade, ou à felicidade imaginativa (ROSA, 2010).

Todavia, a promessa de felicidade fundamentada neste ciclo de consumo acaba sempre frustrada porque o objeto que gerou tal realização se torna obsoleto a cada novidade lançada (MATTIA, 2012).

Neste aspecto, pode-se utilizar a reflexão de Fogaça e Perez quando afirmam “que a felicidade é um mote publicitário que rompe com qualquer limite social, de gênero ou de idade” (FOGAÇA, PEREZ, 2007, p. 239), uma vez que, apesar de os apelos publicitários serem direcionados a públicos diferentes, trazem em si, com frequência, o tema felicidade.

De uma perspectiva mais econômica, Abramovay (2012) propõe – entre outras coisas – que a vida que vale a pena ser vivida não está somente associada à renda, afirmando que é possível ter certo nível de satisfação ao adquirir um bem, mas, ao

passo que um sujeito se adapta à satisfação proporcionada pela aquisição de novos bens, a real capacidade desses bens saciarem suas fantasias se torna limitada.

Neste ponto, depara-se com o paradoxo de Easterlin, que afirma que “em determinado ponto do tempo, dentro de uma nação ou entre nações, a felicidade varia diretamente da renda, mas, ao longo do tempo, a felicidade não aumenta quando a renda aumenta” (ABRAMOVAY, 2012, p. 67).

Tal reflexão dá margem a outro paradoxo, citado por Hartz Born (2008), quando, ao expor as reflexões de Lipovetsky, afirma que se as pessoas, de um modo geral, afirmam ser felizes, mas se sentem insatisfeitas com a vida pessoal ou profissional, iniciando-se o paradoxo da contemporaneidade. Com a felicidade sendo mandatória, afirmar que não é feliz é um atestado de fracasso.

1.5 Consumo e o Antropoceno

Ainda no viés econômico, Bauman (2007) afirma que a economia consumista, para atender às necessidades impostas pelo mercado, precisa fundamentar-se no excesso e desperdício, o que implica diretamente na intensificação da degradação ambiental que, por sua vez, impacta, direta ou indiretamente, as condições de vida na Terra.

No que tange à degradação ambiental, Porto e Schütz (2012) discutem como gerir o ambiente, local ou globalmente, nas sociedades atuais inseridas no capitalismo globalizado, tendo em vista que se trata de um bem comum e considerando

a agudização dos problemas ambientais na atualidade, que passa a ser caracterizada como crise a partir do consumo sem precedentes dos recursos naturais, da degradação dos ecossistemas, da dramática redução da biodiversidade e do agravamento dos riscos ambientais, em particular os riscos ecológicos globais tais como a destruição da camada de ozônio, a poluição química transfronteiriça e as mudanças climáticas globais decorrentes dos gases de efeito estufa (PORTO; SCHÜTZ, 2012, p. 1448).

Tal discussão se faz necessária tendo em vista as consequências da degradação ambiental para as futuras gerações e levando em conta que as “escolhas de hoje comprometem a oferta de escolhas das novas gerações” (ROTONDARO; ZANIRATO, 2016, p. 77).

Nesta perspectiva, o movimento *School Strike for Climate Change*, liderado pela ativista Greta Thunberg, aparenta objetivar a conscientização dos governos atuais a respeito dos riscos iminentes pelos quais os ecossistemas terrestres estão passando e, conseqüentemente, a população da Terra como um todo. Como Sagan já expôs, demonstrando a interdependência da vida na Terra,

o nosso planeta é indivisível. Na América do Norte, respiramos oxigênio gerado na floresta tropical brasileira. A chuva ácida das indústrias poluentes no meio-oeste norte-americano destrói florestas canadenses. A radioatividade de um acidente nuclear na Ucrânia compromete a economia e a cultura na Lapônia. A queima de carvão na China aquece a Argentina. Os clorofluorcarbonetos liberados por um ar condicionado na Terra-Nova ajudam a causar câncer de pele na Nova Zelândia. Doenças se espalham rapidamente até os pontos mais remotos do planeta (SAGAN, 2014, p. 83).

2 Discussão

Sagan expôs os problemas das mudanças que os seres humanos podem infligir ao planeta. Nas palavras do autor, “estamos puxando e esticando o nosso pequeno mundo em direções bem pouco compreendidas” (SAGAN, 2014, p. 82), ao se referir às modificações ambientais às quais a Humanidade se expõe ao avançar tecnologicamente sem medir as consequências de tais avanços. Para o autor, a economia é dominada por combustíveis fósseis que, de sua perspectiva, propiciaram o avanço da civilização tecnológica global (SAGAN, 2014).

Apesar das facilidades proporcionadas pelos combustíveis fósseis, as consequências de sua queima acarretam em problemas dos quais não se sabe exatamente as dimensões. Um dos gases emitidos, em tais combustões, é o dióxido de carbono (CO₂) que, embora seja um gás de efeito estufa e, portanto, essencial para a existência de vida no planeta, é também um dos responsáveis pelo aquecimento médio da Terra, visto que a atmosfera terrestre precisa de equilíbrio entre emissão e absorção de CO₂ e, na contemporaneidade, a civilização tecnológica emite mais gás carbônico do que a natureza consegue absorver (SAGAN, 2014).

Reforçando tal hipótese, uma análise independente da NASA (*National Aeronautics and Space Administration*) e a NOAA (*National Oceanic Atmospheric Administration*), afirmam que “*Earth’s 2015 surface temperatures were the warmest since modern record keeping began in 1880*” (NASA, NOAA, 2016).

A mesma pesquisa informa que “*the planet’s average surface temperature has risen about 1.8 degrees Fahrenheit (1.0 degree Celsius) since the late-19th century, a change largely driven by increased carbon dioxide and other human-made emissions into the atmosphere*” (NASA, NOAA, 2016) – período contemporâneo à Revolução Industrial que teve por inovação inicial a máquina a vapor que, por sua vez, funcionava à base de carvão – um dos combustíveis fósseis ao qual Sagan se referiu.

As alterações ocorridas na superfície do Planeta estiveram em pauta no final do século XIX. Cientistas daquela época se preocupavam em denotar as mudanças ocorridas na superfície terrestre frente a influência que a Humanidade exercia sobre o ambiente; já naquela época existia preocupação em relação ao acúmulo de gases de efeito estufa na atmosfera terrestre (ZALASIEWICZ et al., 2011).

Em face às modificações ambientais ocorridas por influência humana, viu-se a necessidade de reavivar o debate que se iniciou no século XIX e assim, em 2002, Paul Crutzen, químico do instituto Max Planck, propôs o termo Antropoceno para designar o período de transformações da biosfera terrestre causadas pelas ações humanas (ZALASIEWICZ et al., 2011).

Transformações ambientais existem desde os ancestrais hominídeos. Embora, naquela época, seu conhecimento, provavelmente, fosse limitado à observação da natureza e sua aplicação se dava por tentativa e erro. Apesar das possíveis modificações que causavam, não detinham poder transformador suficiente para alterar o funcionamento dos ecossistemas ao redor deles. As mudanças estruturais, às quais o termo Antropoceno se refere, desenvolveram-se ao passo que a humanidade se habilitou “tecnologicamente” (CRUTZEN et al., 2011).

No momento em que o conhecimento humano ultrapassou os limites da simples observação e avançou tecnologicamente, adentrando níveis atômicos, as

alterações na cobertura e no uso da superfície terrestre aumentaram a nível global. O pós-guerra trouxe consigo uma industrialização globalizada, um desenvolvimento tecno-científico mais acirrado devido à corrida espacial travada na Guerra Fria, o crescimento populacional exponencial que demandou novas formas de uso de terra para cultivos e o crescimento econômico acelerado (CRUTZEN et al., 2011).

Desta forma, percebe-se que as mudanças climáticas – causadas pelo excesso de emissões de CO₂ – são apenas a ponta do iceberg. Outras alterações estão sendo feitas pela Humanidade, como as que ocorrem nos ciclos bioquímicos essenciais à vida como por exemplo, as alterações - talvez já irreversíveis – nos ciclos do nitrogênio, do fósforo e do enxofre (CRUTZEN et al., 2011).

Assim, trata-se de um novo conceito que compara as modificações aceleradas que ocorrem na atualidade às outras eras geológicas pelas quais a Terra passou. Em outras palavras, quer dizer que a espécie humana conseguiu, em um período de pouco mais de 10.000 anos, alterar significativamente o funcionamento e a paisagem do planeta, de uma maneira que a natureza levaria alguns milhões de anos de uma era geológica.

As mudanças de outras eras não foram tão rápidas como as que ocorrem no Antropoceno, que está em debate e denota uma nova era geológica para caracterizar as modificações estruturais no uso de terra, nos padrões climáticos, acidificação dos oceanos, modificações genéticas, entre tantas outras alterações. Contudo, sua ênfase se dá na dimensão humana de tais remodelações, particularmente, nas esferas sociais, políticas e econômicas (ZALASIEWICZ et al., 2011).

Sob a perspectiva de Donna Haraway, “*the Anthropocene marks severe discontinuities*,” (HARAWAY, 2016, p. 100), visto que, para ela, o conceito é compreendido como um limite que marca a destruição irreversível de lugares viáveis onde as pessoas e outros seres vivos possam se refugiar, uma vez que

it's more than climate change; it's also extraordinary burdens of toxic chemistry, mining, nuclear pollution, depletion of lakes and rivers under and above ground, ecosystem simplification, vast genocides of people and other critters, et cetera, et cetera, in systemically linked patterns that threaten major system collapse after major system collapse after major system collapse (HARAWAY, 2016, p. 100).

No estudo de Bennet et al., é indicado que as tendências de consumo humano, no âmbito alimentar, são responsáveis pelas modificações que a biosfera terrestre está sujeita. Em tal análise, a proposta é demonstrar que o padrão alimentar a partir de meados do século XX, mais precisamente a partir da década de 1960, criou uma espécie de ave que não evoluiu exatamente do ancestral que, até então, acreditava-se ter evoluído (BENNET et al., 2018).

A análise propõe que a quantidade de animais criados para abate, mais especificamente frangos, supera a população de aves silvestres. Ou seja, há mais aves domesticadas do que aves silvestres na natureza. Tal fato, segundo o estudo, não seria possível sem o avanço tecnológico no setor alimentício, que é baseado na integração vertical que visa, sobretudo, o lucro. Focando na existência dos animais para alimentação, o artigo alega que tais animais não são capazes de viver sem intervenção humana, uma vez que, no mesmo artigo, demonstra-se que esses animais possuem deficiência

no esqueleto e massa corporal que não derivam, exatamente, de seu suposto ancestral (BENNET et al., 2018).

Assim, sugere-se que os frangos da contemporaneidade são uma marca do Antropoceno, já que seria, em tese, uma espécie “criada” exclusivamente pela Humanidade em benefício único dela própria e sem precedentes fósseis de uma população de animais em tamanha quantidade (BENNET et al., 2018).

Apesar da quantidade de animais criados para abate, segundo o relatório de 2018 da *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (FAO) 821 milhões de pessoas passam fome no Planeta (FAO, 2018). Considera-se, neste ponto, a reafirmação da interpretação que Haraway faz do Antropoceno como algo que “*é muito mais que mudanças climáticas*”.

Na mesma lógica de Donna Haraway, segundo dados da WHO (*World Health Organization*) a cada ano, mais de 5 milhões de pessoas morrem por causa da poluição, seja em ambientes abertos ou, até mesmo, por exposição à fumaça de fogão à lenha (WHO, AIR POLLUTION, 2019).

Considerando a ideia geral que Bauman (2007) aponta a respeito da felicidade, sendo esta relacionada a eventos que as pessoas querem que aconteça, enquanto que a infelicidade se relaciona a eventos que, em geral, as pessoas não querem que aconteça, conclui-se que questões socioambientais podem interferir na sensação de felicidade, visto que nem todas as pessoas estão inseridas no modus operandi citado na primeira parte deste artigo, que propõe a busca da felicidade baseada no consumo e sua significância.

O relatório das Nações Unidas de 2019 para a felicidade salienta a Felicidade e a Comunidade, fazendo um paralelo à felicidade proposta por Aristóteles na Antiguidade, que acreditava só ser feliz quem vivesse de acordo com os preceitos comuns. No referido relatório, o objetivo é compreender como, em mundo cada vez mais veloz e fluido, a felicidade se modifica, considerando que a era atual está relacionada à habilidade tecno-científica citada anteriormente (WHR, 2019).

Tal relatório utiliza seis variáveis para explicar a diferença que existe entre a apreciação da vida entre os mais diversos países, sendo incluída além da variável renda per capita, outras variáveis relacionadas à vida social como generosidade, suporte social, expectativa de vida saudável, liberdade para fazer escolhas e ausência de corrupção. Os países com tais índices elevados são considerados os mais felizes, enquanto os que obtêm tais índices em baixa, são considerados menos felizes (WHR, 2019).

Ademais, o relatório entende um bom governo como sendo aquele que estabelece e mantém uma estrutura institucional que permite que as pessoas tenham uma vida melhor, bem como entende os bons serviços públicos como aqueles que melhoram a vida das pessoas. Assim, o link entre governo e felicidade se dá em mão dupla, considerando que o que o governo faz afeta a felicidade de seus cidadãos e a felicidade de seus cidadãos, por sua vez, em muitos países, determina o tipo de governo que terão (WHR, 2019).

Desta forma, percebe-se que a lógica mostrada no relatório da ONU é contrária à lógica neoliberal que visa o individualismo em uma sociedade na qual o senso de comunidade se perde e, conseqüentemente, a sensação de pertencimento e satisfação se torna cada vez menos compartilhada.

Nas palavras de Amartya Sen,

o mundo atual nega liberdades elementares a um grande número de pessoas - talvez até mesmo à maioria. Às vezes a ausência de liberdades substantivas relaciona-se diretamente com a pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória ou remédios para doenças tratáveis, a oportunidade de vestir-se ou morar de modo apropriado, de ter acesso a água tratada ou saneamento básico. Em outros casos, a privação de liberdades vincula-se estreitamente à carência de serviços públicos e assistência social, como por exemplo a ausência de programas epidemiológicos, de um sistema bem planejado de assistência médica e educação ou de instituições eficazes para a manutenção da paz e da ordem locais. Em outros casos, a violação da liberdade resulta diretamente de uma negação de liberdades políticas e civis por regimes autoritários e de restrições impostas à liberdade de participar da vida social, política e econômica da comunidade (SEN, 1999, p. 18).

3 Considerações finais

Ao longo deste artigo, exploraram-se os conceitos de consumo e felicidade a fim de verificar sua possível associação à degradação ambiental em discussão na contemporaneidade.

O modo de vida atual requer que as ações das pessoas sejam orientadas ao consumo; consome-se o tempo, as coisas e, até mesmo, as pessoas ao redor de si, como se estas fossem mercadorias passíveis de serem aprovadas para, possivelmente, posteriormente serem consumidas (BAUMAN, 2007).

Nesta busca por identidade, coloca-se também a aprovação, fazendo do mundo contemporâneo uma grande vitrine na qual somos todos, ao mesmo tempo, consumidores e mercadorias a serem consumidas (BAUMAN, 2007). Ocorre que neste grande palco do “faz de conta”, os sentimentos humanos não são contabilizados como algo importante, uma vez que na cultura ocidental ser forte e inabalável é uma imagem amplamente aceita e reproduzida como algo venerável. Assim, a subjetividade humana, que é capaz de mover as pessoas para um sentido mais amplo de existência, acaba commodificada pelas necessidades que o mercado propõe.

Nesta lógica de existência por meio do consumo, ou para se utilizar do conceito de Bauman – lógica do consumismo –, uma parcela significativa da população terrestre fica à margem do centro mercadológico por não possuírem as habilidades no sentido proposto por Sen, de que apenas com as liberdades substantivas as pessoas são de fato livres, inclusive, para atuarem nas transações de capitais do sistema capitalista. Em geral, a liberdade se dá quando é possível comprar o que o desejo quer, sem questionar a real necessidade do objeto desejado.

Desta forma, uma parte das sociedades contemporâneas tende a se mover pela superficialidade das compras, como se a vida em si se resumisse a isto ou, ainda mais significativo, como se a vida em si fosse isso: o ato de comprar. Tudo isso em detrimento de uma outra parte da população que além de não ser assistida por serviços básicos, como de saúde, boa educação ou até mesmo boa alimentação, é privada de liberdades elementares, conforme a ideia de liberdade proposta por Sen.

No modo de produção atual, o que se visa, sobretudo, é o crescimento econômico ilimitado. Ignora-se o fato de que os recursos da Biosfera são limitados e cada vez mais escassos, bem como ignora-se os milhões de pessoas que, por decisões políticas e econômicas, são deixadas à margem de tal funcionamento. Como proposto pela primeira parte deste artigo, tal modo de produção é sustentado pela proposta midiática da atualidade que visa manter seu aporte para que se mantenha como é.

Entretanto, há outras formas de se conceber o mundo. Uma delas é pela perspectiva de Latouche, explorada por Rodríguez Arancibia, que propõe o decrescimento econômico como alternativa à “mudança civilizacional, em resposta à crise social, política, econômica e ecológica” (RODRÍGUEZ ARANCIBIA, 2012, p. 193).

Como afirma Rodríguez Arancibia,

em virtude da sociedade que sofre com a exclusão, a desigualdade, a pobreza, a devastação ambiental e os primeiros embates do aquecimento global. É preciso repensar o nosso estilo de vida e atentar para a premente necessidade de construção de políticas públicas mais democráticas e participativas, no intuito de encarar essas problemáticas (RODRÍGUEZ ARANCIBIA, 2012, p. 194).

Tal ideia se dá em contrapartida ao desenvolvimento que só visa ao crescimento econômico, deixando o social negligenciado. Para Latouche, “o verdadeiro crime do ocidente não é ter saqueado o terceiro mundo, mas ter destruído o sentido da vida destas pessoas que agora adoram a miragem do desenvolvimento” (IHU, 2018).

O autor afirma ter perdido a fé na economia quando viveu em Lagos, na Nigéria, e percebeu que o desenvolvimento ocidentalizado colonizaria o imaginário das pessoas daquela comunidade, que até então viviam em outro ritmo, imaginando a vida e sua significância com base em outros princípios.

Para o autor, a mundialização da tecnologia, o advento da internet e seus desdobramentos colonizaram o imaginário das pessoas, criando novas necessidades que são vendidas na televisão como maravilhas de um mundo melhor, como se a vida vivida de uma outra forma, baseada em outros princípios, não fosse digna nem boa o suficiente para ser desfrutada (IHU, 2018).

Repensar a sociedade é, em primeira instância, repensar a si mesmo e por consequência o território ao redor de si. “Qual o tipo de sociedade queremos construir?” deveria ser um projeto político/econômico consolidado que visasse ao bem comum. Devolver o sentido de vida, ou até mesmo criar um novo sentido de vida que não seja fundamentado no consumismo, seria uma forma de reapropriação da existência, no sentido apontado por Latouche.

Como o relatório sobre felicidade da ONU expôs, os países mais felizes são aqueles que possuem fatores sociais, ou seja, fatores comuns e subjetivos transcendendo o quesito renda per capita apenas, incluídos no projeto de nação.

Portanto, conclui-se que Antropoceno, no sentido apontado por Donna Haraway, está associado à degradação ambiental da contemporaneidade, uma vez que apesar de o sistema econômico funcionar, teoricamente, muito bem para alguns, bilhões de pessoas e de outras formas de vida acabam sofrendo as consequências das ações desmedidas daqueles que possuem os recursos de extração dos recursos naturais.

Referências bibliográficas

- ABRAMOVAY, R. *Muito além da economia verde*. São Paulo, Ed. Abril, 2012.
- ARANCIBIA, F. E. R. de LATOUCHE, Serge. Pequeno tratado do decrescimento sereno. *Revista Sociedade e Estado*, v. 27, n. 1 – Janeiro/Abril, 2012.
- BAUMAN, Z. *Vida para consumo: A transformação das pessoas em mercadorias*. Zahar, 2012.
- BAHIANA, A. M. Transformamos pobres em consumidores e não em cidadãos, diz Mujica. De Los Angeles para a *BBC News Brasil*, 21/12/2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46624102>>. Acesso em: 23 de Dezembro de 2018.
- BECK, C.G. CUNHA, L. H. H. *As múltiplas faces da comodificação e a constituição da crítica acerca das práticas de consumo contemporâneo*. IFPB – Ciências Sociais Unisinos, 2017.
- BENNET, C. E. et al.. Royal Society Open Science. *R. Soc. Open Sci.* 2018.
- CARCANHOLO, M. D. A importância da categoria valor de uso na teoria de Marx. *Revista Pesquisa e debate*, SP, v. 9, n. 2, 1998.
- CRUTZEN, P. et al. *The Anthropocene: conceptual and historical perspectives*. The Royal Society, 2011.
- DUNKER, C. Signo, significante e significado | Christian Dunker | *Falando n'isso* 150. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MmXfx_0Tztl>. Acesso em: 17 de Maio de 2019.
- FOGAÇA, J.; PEREZ, C. Felicidade adjetivada: Polifonia conceitual, imperativo social. *Intercom – RBCC*, São Paulo, v. 37, n.1, p. 217-241, jan./jun. 2014
- GÁMEZ, L. O desenvolvimento sustentável é um slogan. Entrevista com Serge Latouche. *Revista IHU ON-LINE*. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/188-noticias/noticias-2018/582239-o-desenvolvimento-sustentavel-e-um-slogan-entrevista-com-serge-latouche>>. Acesso em: 05 de Outubro de 2019.
- TAYLOR, K.; MOHAMMED, A. Z. Global Report on Food Crises 2019. *Conflict, climate, and economic shocks keep acute hunger levels above 100 million*. IFPRI, 2019.
- HARAWAY, D. J. Making Kin Anthropocene, Capitalocene, Plantationocene, Chthulucene In: HARAWAY, D. J. *Staying with the trouble*. Duke University - US, cap. 4, p. 99 - 103, 2016.
- HARTZ BORN, A. M. Em busca da felicidade. *MATRIZES*, São Paulo, n. 2, Abril, p. 227-230, 2008.
- LUKACS, M. Neoliberalism has conned us into fighting climate change as individuals. *The Guardian*. Julho/2017. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/environment/true-north/2017/jul/17/neoliberalism-has-conned-us-into-fighting-climate-change-as-individuals>>. Acesso em: 13 de Dezembro de 2018.
- MATIIA, N. C. Construção da identidade a partir do consumo. *Revista Anagrama: Revista Científica Interdisciplinar da Graduação*, v. 5, n. 2, 2012.
- MAXWELL, V. R. *Aristóteles: o bem comum como a 'melhor vida possível'*. PUC-Rio-

Certificação Digital Nº 0210197/CA. P. 42 - 57.

NASA *Climate Kids, Greenhouse Effect: Keeping the Balance*. 2019. Disponível em: <<https://climatekids.nasa.gov/greenhouse-effect-and-carbon-cycle/>>. Acesso em 15/01/2019.

NASA *Climate Kids, Why Is Carbon Important?* 2019. Disponível em: <<https://climatekids.nasa.gov/carbon/>>. Acesso em 15 de Janeiro de 2019.

NASA *Climate Kids, What Causes Air Pollution?* 2019. Disponível em <<https://climatekids.nasa.gov/air-pollution/>>. Acesso em 15 de Janeiro de 2019.

NASA *Climate Kids, What Is Ocean Acidification?* 2019. Disponível em <<https://climatekids.nasa.gov/acid-ocean/>>. Acesso em 15 de Janeiro de 2019.

NASA, NOAA *Analyses Reveal Record-Shattering Global Warm Temperatures in 2015*. 2016. Disponível em: <<https://www.nasa.gov/press-release/nasa-noaa-analyses-reveal-record-shattering-global-warm-temperatures-in-2015>>. Acesso em: 03 de Fevereiro de 2019.

PEREIRA DA SILVA, M. Sociedade de consumo. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 13, n. 28, p. 432-435, jul./dez. 2007.

PORTO, M. F. S.; SCHÜTZ, G. E. Gestão ambiental e democracia: análise crítica, cenários e desafios. *Ciência Saúde Coletiva*, v. 17, n. 6, p. 1447-1456, 2012.

RAMOS, C. A. Aristóteles e o sentido político da comunidade ante o liberalismo. *Kriterion [online]*. Belo Horizonte, vol.55, n.129, pp.61-77, 2014.

ROSA, M. Jacques Lacan e a clínica do consumo- consumismo. *Psic. Clin.*, Rio de Janeiro, v. 22, n.1, p.157 – 171, 2010.

ROTONDARO, T.; ZANIRATO, S. H. Consumo, um dos dilemas da sustentabilidade. *ESTUDOS AVANÇADOS*, v. 30, n.88, São Paulo Sept./Dec. 2016.

SACHS, J. D.; LAYARD, R.; HELLIWELL, J. F. *World Happiness Report, The Earth Institute*, Relatório, Columbia University, 2019.

SAGAN, C. *Pálido Ponto Azul*. Uma visão do futuro da humanidade no espaço. Companhia da Letras, 1996.

SAGAN, C. *Bilhões e bilhões: reflexões sobre vida e morte na virada do milênio*. Companhia das letras, 2014.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. Companhia das Letras, 1999.

SS4C - *Students Striking from School for a Safe Climate Future*. 2019. Disponível em <<https://www.schoolstrike4climate.com/>>. Acesso em: 31 de Maio de 2019 .

THIRY-CHERQUES, H. R. *Baudrillard: Trabalho e hiper-realidade*. RAE-eletrônica, v. 9, n. 1, Art. 7, jan./jun. 2010.

THUNBERG, G. *O apelo apaziguador para agirmos agora contra a mudança climática*. TEDxStockholm, November 2018. Disponível em <https://www.ted.com/talks/greta_thunberg_the_disarming_case_to_act_right_now_on_climate?language=pt-br>. Acesso em 31 de Janeiro de 2019.

WHO. *Air pollution*, 2019. Disponível em: <https://www.who.int/airpollution/en/>. Acesso em: 25 de Janeiro de 2019.

ZALASIEWICZ, J.; ELLIS, M.; HAYWOOD, A.; WILLIAMS, M. *The Anthropocene – A new*

epoch of geological time? The Royal Society, 2011.